

-----ACTA 6/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 15 de Março de 2010-----

-----Aos quinze dias do mês de Março do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria usar da palavra no período Antes da Ordem do Dia. Pedeu a palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a seguinte intervenção, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "A factura da empresa que vai explorar o sector das águas e saneamento básico no Cartaxo tem um tarifário médio que chega a ser setenta por cento mais barato que o das Águas do Ribatejo. Jornal O Ribatejo de cinco de Março de dois mil e dez, página seis. Esta situação vem provar que o presidente da Câmara Municipal de Almeirim, que também é presidente da empresa Águas do Ribatejo, faltou à verdade, ou então foi mal informado quando afirmou que *"o tarifário praticado pela empresa Águas do Ribatejo era o mais baixo dos sistemas que gerem o abastecimento de água e saneamento às populações"*, e que o que acontece é que os habitantes do concelho de Almeirim, em cada cem euros de consumo de água, pagam mais setenta euros, que os habitantes do

concelho do Cartaxo! -----

-----Haverá ainda a acrescentar, de acordo com a referida notícia que a Câmara do Cartaxo irá receber, sublinho receber e não pagar, mais de quinze milhões de euros para investimentos, exclusivamente, no Município do Cartaxo, enquanto à população de Almeirim, exige-se que "pague às Águas do Ribatejo", mais de três virgula seis milhões de euros/ano, que a preços actuais totalizará mais de cem milhões de euros, em trinta anos.-----

-----O que, também nós já sabemos é que a cedência da gestão e exploração pela Câmara Municipal de Almeirim do seu sistema publico de abastecimento de águas para consumo e de saneamento de águas residuais, à empresa AR-Águas do Ribatejo, por um período de trinta e dois anos (até dois mil e quarenta e um) origina, uma perda de receitas por parte da Câmara Municipal, estimada a preços actuais, em mais de cem milhões de euros.-----

-----É inevitável perguntar: quais vão ser os benefícios para a população do Concelho de Almeirim? -----

-----Voltaremos a esta matéria sr. Presidente. Espero justificação para isto.-----

-----2 - Motocross de Paço dos Negros - Quero manifestar a minha estranheza pelo facto da Câmara se ter demarcado da organização deste evento. Estranho o facto de não nos ter sido trazido aqui qualquer pedido de apoio à sua organização.-----

-----Não atribuir qualquer apoio financeiro e conceder apoio logístico muito reduzido, não é o procedimento habitual desta autarquia, ainda por cima num evento que faz deslocar ao nosso concelho muita gente. O que é que se passou afinal? Falta de verbas ou má-fé?-----

-----3 - Pagamento de subsídios.-----

-----Ter os pagamentos a fornecedores em atraso já é um hábito desta autarquia. A Câmara tem-se recusado a encontrar uma solução que fosse de encontro aos interesses da economia local, injectando nesta, os cerca de um milhão de euros que habitualmente constitui a dívida a fornecedores.-----

----- Já propusemos, por mais que uma vez, sem o conseguirmos,

que este problema fosse resolvido.-----

-----Não existe qualquer justificação para não se pagar subsídios concedidos, ainda por cima a organizações com carácter de beneficência, há mais de sete meses. -----

-----Pergunto novamente: É má fé ou são dificuldades de tesouraria?"-----

-----O Senhor Presidente comentou: "Em relação ao primeiro assunto, quero apenas informar que também voltarei à questão Águas do Ribatejo e Águas do Cartaxo com valores oficiais e não de notícias de jornal.-----

-----O segundo aspecto, em relação ao motocross em Paço dos Negros, devo dizer que o pedido foi veiculado através do Pelouro Desporto da minha responsabilidade e a resposta, também é da minha responsabilidade e teve o seguinte fundamento: questioneei quantos atletas do Concelho participavam na prova, aguardo a resposta, mas tanto quanto sei não participa nenhum; Aquela prova trata-se de um espectáculo de motos com entradas pagas, portanto gerador de receitas, logo devem ser estas a suportar as despesas. Foram disponibilizados os apoios logísticos que não obrigam a Câmara a qualquer esforço financeiro. Parece-me lógico que a Câmara financiasse um espectáculo que viesse a gerar receitas para outrem e também me parece natural que a organização ou organizações não tomem iniciativas na premissa de que Câmara tudo montará.-----

-----Terceiro aspecto, a situação financeira da Câmara é também da minha responsabilidade e estarei pronto a responder por ela nos bons e maus momentos."-----

-----O Senhor Presidente propôs ao Executivo a introdução de três assuntos na Ordem de Trabalhos, ao que os Senhores Autarcas concordaram unanimemente. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente

informou o Executivo dos despachos de deferimento de Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: Emanuel Alberto Flauzino Lidónio, noventa e nove de dois mil e nove.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências: Sara Mendes Rodrigues Fernandes, noventa e um de dois mil e quatro; Maria Manuela Andrade Matos Marinheiro, dois de dois mil e dez.-----

-----**OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----ABERTURA DE CONCURSO PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA O CONCURSO DE "ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO GENERAL GUERRA" - Foi presente a proposta do Senhor Presidente do seguinte teor: "Conjugando o nº 1 do artº 36º, o artº 38º, o nº 2 do artº 40 todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artº 18º do D.L. nº18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra: "Requalificação do Centro Cívico da Almeirim - Arranjo Urbanístico do Largo General Guerra".-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----A funcionária que secretariou a reunião, perguntou ao Senhor Presidente, a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes. O Senhor Presidente respondeu que o assunto é para ser remetido ao Senhor Luís Leitão.-----

-----NOMEAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO DO CONCURSO DE "ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO GENERAL GUERRA" - Foi presente pelo Senhor Presidente, a proposta a seguir transcrita, relativa à Requalificação do Centro Cívico de Almeirim: "Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso da empreitada de:"Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Arranjo urbanístico do Largo General Guerra", o seguinte:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Vereador José Carlos Silva;-----

-----Vogal - Eng<sup>a</sup> Maria de Fátima Lopes;-----

-----Vogal - Luis Alberto Leitão-----

-----Suplentes:-----

-----Dr. António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Manuel Caipira."-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----A funcionária que secretariou a reunião, perguntou ao Senhor Presidente, a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes. O Senhor Presidente respondeu que o assunto é para ser remetido ao Senhor Luís Leitão.-----

-----PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO JÚRI PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE "ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO GENERAL GUERRA" - Relativamente à delegação de competências no Júri dos Procedimentos, referente à Requalificação do Centro Cívico de Almeirim, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:" Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos

concorrentes na fase de concurso da empreitada de "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Arranjo Urbanístico do Largo General Guerra".-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----A funcionária que secretariou a reunião, perguntou ao Senhor Presidente, a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes. O Senhor Presidente respondeu que o assunto é para ser remetido ao Senhor Luís Leitão.-----

-----PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PARA A EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO DE ALMEIRIM" POR CORRECÇÃO DA FÓRMULA DE "REVISÃO DE PREÇOS" - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:" Conjugando o nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro com os artigos 98º e seguintes do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho o seguinte:-----

-----Que seja ratificada a aprovação da alteração da minuta do contrato de "Construção de Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim", por correcção da fórmula de revisão de preços."-----

-----Acompanha esta proposta fax de Aquino Construções S.A., em que informam que é recusada por parte do adjudicatário, a cláusula contratual que prevê a revisão de preços na minuta enviada.-----

-----Anexa-se ainda informação sobre o assunto, por parte do Senhor Engº Rocha Pinto, em que propõe uma nova fórmula de revisão de preços para a empreitada em título, esclarecendo este, que é aceitável a argumentação por parte da empresa para a recusa da clausula.-----

-----Acompanha também um segundo fax de Aquino Construções, S.A., em que informam que é confirmada a alteração solicitada

relativamente à fórmula de revisão de preços, e que aguardam a marcação da data de assinatura do contrato.-----

-----O Senhor Presidente propôs a aprovação em minuta deste ponto da Ordem de Trabalhos, ao que o Executivo concordou.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta. -----

-----A funcionária que secretariou a reunião, perguntou ao Senhor Presidente, a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes. O Senhor Presidente respondeu que o assunto é para ser remetido ao Senhor Luís Leitão.-----

-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

-----ALTERAÇÕES AO PDM QUE O COMPATIBILIZAM COM O PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, COMO ESTABELECIDO SUPERIORMENTE - O Senhor Presidente apresentou a alteração ao Plano Director Municipal, que se junta a esta acta e dela vai fazer parte integrante. E referiu: "Esta alteração tem que se realizar por imposição da lei."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que apenas se vão alterar duas cláusulas do Regulamento, a sexta e a nona do número onze, e acrescentou: "Daí possa concluir que a alteração do número nove do artigo sexto, com as mudanças propostas, não permita dar ocupação ao solo rural. Esta questão da expansão urbana é complicada. Estranho o facto de só haver duas alterações."-----

-----O Senhor Presidente referiu que o que está em aprovação é a possibilidade de se construir em áreas rurais. O PROT é limitativo, com quatro hectares não se pode construir se for em RAN ou REN, continuamos a ter que pedir autorização à DRARO."---

-----Posta à votação a proposta acima referida, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião, perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes, ao que o Senhor Presidente lhe

respondeu que uma cópia do documento voltava para si e outra cópia é para remeter à Assembleia Municipal. O assunto foi remetido, como indicado.-----

-----PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA REDACÇÃO DA DELIBERAÇÃO PARA COMPRA DA PARCELA "E" TOMADA EM REUNIÃO DE QUINZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ, POR SER INSUFICIENTE PARA A ESCRITURA PARA CONSTRUÇÃO DO TROÇO DA CIRCULAR URBANA - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:"Considerando que na reunião de Câmara de 15.02.2010 foi deliberada a aquisição, através de leasing da parcela "E" da E.M. 578 até à Estrada Velha dos Paços, tendo sido a mesma avaliada pelos serviços da Câmara Municipal de Almeirim pelo valor de 278.548,38 euros;-----

-----Por lapso, da referida deliberação, não foi devidamente identificado o prédio em questão, com os respectivos números de ficha de descrição predial e artigo de inscrição matricial, nem quem são os seus titulares;-----

-----O lançamento do procedimento para a aquisição através de leasing e a posterior celebração desse contrato por parte do Município impõe esteja devidamente identificado o prédio e definidas as respectivas condições de aquisição;-----

-----Assim, nos termos das disposições conjugadas da alínea f) do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artº 148º do Código do Procedimento Administrativo, apresento a seguinte proposta:-----

-----Que seja rectificada a deliberação camarária de 15.02.2010, que autoriza a aquisição por leasing pelo Município de uma parcela de terreno denominada de Parcela "E", da E.M. 578 até à Estrada Velha dos Paços, pelo preço de 278.548,38 euros, de modo a constar que a referida parcela "E" corresponde ao prédio rústico denominado de "Ludovice", sito na freguesia e concelho de Almeirim, que se encontra descrito na Conservatória Registo Predial de Almeirim sob o nº 7843 da freguesia de Almeirim, pertencente a Marcelino dos Santos Correia e Virgínia do Rosário Apolinário, casados sob o regime de comunhão geral de bens, e



inscrito na matriz predial rústica sob o artº 13º da secção 022."-----

-----Acompanha esta proposta, a outra, presente na reunião de 15.02.2010, onde consta a deliberação a ser agora rectificada.--

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos subsequentes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que o assunto é para o Dr. Vítor de Sousa.-----

-----PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE PARCELA DESIGNADA POR PARCELA "A", DO PREDIO DENOMINADO DE "LUDOVICE" - Foi presente a proposta do Senhor Presidente do seguinte teor:" Nos termos das disposições contidas na alínea f) do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresento a seguinte proposta:-----

-----É necessária a autorização do executivo camarário para proceder à aquisição por compra de uma parcela de terreno, denominada de parcela "A", com a área de 1.678,38 m2, a desanexar do prédio sito na freguesia e concelho de Almeirim, denominado de "Ludovice", com a área total de 14.920 m2, da qual são proprietários Marcelino dos Santos Correia e Virgínia do Rosário Apolinário, casados sob o regime da comunhão geral de bens, que se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o nº 7764 da freguesia de Almeirim, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 24º da secção 022, o valor da parcela "A" com a área de 1.678,38 m2 foi negociado pela Câmara Municipal de Almeirim em 40.000,00 euros, pelo que se pede autorização para realizar a compra, por esse valor.-----

-----O procedimento a desencadear para a aquisição e posterior celebração desse contrato de compra e venda, por parte do Município de Almeirim impõe que esteja devidamente identificado o prédio, e definidas as respectivas condições de aquisição, o

que se encontra assegurado."-----  
-----Acompanha esta proposta a avaliação feita pelo Senhor Arquitecto Sampaio, que se transcreve:-----  
-----"Avaliação de duas parcelas de terreno com as áreas respectivas de A - 1689 m2, B - 7080.9 m2, C - 53.7 m2, D - 3261.7 m2 e E - 4459.2 m2 podemos elaborar a seguinte avaliação tendo em conta os índices do P.U. de Almeirim e as regras da DGC:-----  
-----Parcela A (avaliação do terreno para construção)-----  
-----Área total - 1689 m2-----  
-----Índice de construção - 0,4-----  
----- (Índice da Zona Hr E do P.U. da Almeirim eficaz onde se insere a parcela em avaliação . artigo 59º)  
-----Área máxima de construção na parcela - 1689 m2 x 0.4 = 675,6 m2-----  
-----Para construções em dois pisos teremos 337,8 m2 de implantação e 675.6 m2 de construção.-----  
-----a) Calculo estimado do valor da parcela A de acordo com o artigo 45º do C.I.M.I.-----  
----- $VpA = Vc \times (A + 0.025 Ac + 0.005 Ad) \times C1$ -----  
----- $Vpa = 605€ \times (337,8m2 + 0.025 \times 337.8m2 + 0.005 \times 1013,4m2) \times 0.21$   
(fixado)-----  
----- $Vpa = 605€ \times (337,8m2 + 8,445m2 + 5,067m2) \times 0.21$ -----  
----- $Vpa = 605€ \times 351.312 \times 0.21$ -----  
----- $Vpa = 44634,189€$ -----  
-----Estimativa do valor da parcela A arredondado = 44650€-----  
-----Estimativa do valor /m2 da parcela A:-----  
----- $44\ 650€ / 1\ 689m2 = 26,43€/m2$ .-----  
-----Se considerarmos que a área máxima total de construção 675,6m2 permite genericamente 5 fogos (135m2/fogo) teremos então o terreno avaliado sem infra-estruturas executadas a cerca de 8 930€/fogo (1 800 c/fogo).-----  
-----O Senhor Presidente propôs ao Executivo que a proposta fosse aprovada por minuta. Os Autarcas concordaram.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos subsequentes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que o assunto é para o Dr. Vítor de Sousa.-----

-----PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA - O Senhor Presidente apresentou a proposta como segue: "Nos termos das disposições contidas na alínea f) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro e do artigo dezoito do Decreto-Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove de oito de Junho, apresento a seguinte proposta:-----

-----É necessária a autorização do executivo camarário para proceder à aquisição com recurso ao empréstimo para a compra de uma parcela de terreno, denominada de parcela "B", com a área de sete mil quatrocentos e dezoito virgula cinco metros quadrados, sita na freguesia e concelho de Almeirim, a qual confronta do Norte com Marcelino dos Santos Correia, do sul com o próprio, de Nascente com a estrada Velha dos Paços e do Poente com a estrada do Vale Barrocas, pelo valor de cento e noventa e três mil e quinhentos euros, valor esse determinado pelos serviços da Câmara Municipal de Almeirim, pelo que se pede autorização para realizar a compra, por esse valor;-----

-----Que a referida aquisição por compra, com recurso ao empréstimo bancário e, atendendo ao valor de cento e noventa e três mil e quinhentos euros determina que seja a Câmara a ter competência para conceder a referida autorização, nos termos do artigo dezoito do Decreto-Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove de oito de Junho, tanto quanto ao procedimento a desencadear para a contratação do empréstimo bancário, como para a aquisição e posterior celebração desse contrato de compra e venda, por parte do Município de Almeirim, pelo que se pede a referida autorização para esse efeito.-----

-----Acompanha a proposta acima indicada, avaliação do Arquitecto Artur Sampaio que a seguir se reproduz: "Parcela B (avaliação do terreno para construção); Área total - sete mil quatrocentos e dezoito virgula zero cinco metros quadrados; Índice de construção - zero ponto quatro; (Índice da Zona Hr E do P.U. de Almeirim eficaz onde se insere a parcela em avaliação - artigo cinquenta e nove); Área máxima de construção em dois pisos teremos mil quatrocentos e oitenta e três virgula seis metros quadrados de implantação em dois mil novecentos e sessenta e sete virgula dois metros quadrados de construção. Calculo do valor da parcela B de acordo com o artigo quarenta e cinco do C.I.M.I.-----

-----VpA=Vcx (Aa ++0.025 Ac + 0.005 Ad) x CI-----

-----VpA=605 € x (1483,6 m2 + 0.025 x 1483,6 + 0.005x1483,6) x 0.21 (fixado)-----

-----VpA=605 € x (1483,6 m2 + 37,09+7.42) x 0.21-----

-----VpA=603 € x 1.528,1m2x0.21-----

-----VpA=193 504.56€-----

-----Estimativa do valor da parcela E arredondado - 193 500€----

-----Estimativa do valor /m2-193 500€-----

-----193 500€/7 418,05 = 26.08€/m2-----

-----Se considerarmos que a área total de construção permite genericamente vinte e dois fogos (134,8 m2/fogo) teremos então o terreno avaliado sem infraestruturas executadas a cerca de 8 795€/fogo (1 763 contos/fogo)"-----

-----O Senhor Presidente propôs a aprovação por minuta do presente assunto. O Executivo concordou.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos subsequentes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que o assunto é para o Dr. Vítor de Sousa.-----

-----EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA COMPRA DA PARCELA B - O Senhor

Presidente apresentou a proposta como segue: "Nos termos do artigo trinta e oito da Lei número dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, proponho a contracção de um empréstimo bancário para aquisição da parcela B do terreno necessário à construção de novo troço da Circular Urbana de Almeirim.-----  
-----O valor do empréstimo será de cento e noventa e três mil e quinhentos euros e serão seguidos os preceitos legais de consulta a várias entidades bancárias e posteriormente em cumprimento da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, remetido o processo para aprovação da Assembleia Municipal."-----  
-----Acompanha a proposta, documento da capacidade de endividamento que se reproduz:-----

### CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

#### Quadro 1 - Demonstração do cálculo dos limites ao endividamento municipal para 2010

Foram apurados os limites de endividamento para 2010, de acordo com o disposto na Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL)

	Designação	Montante (€)	OBS
1	IMI 2009	1.465.735,27 €	Receitas arrecadadas em 2009 por conta de impostos municipais
2	IMT 2009	1.685.652,56 €	
3	IUC + IMV 2009	297.510,99 €	
4	CA 2009	1.916,78 €	
5	SISA 2009	98.826,84 €	
6	Derrama 2009	265.099,17 €	
7	SEL 2009	0,00 €	Receitas arrecadadas a título participação nos resultados Ent. Sector Emp.Local
8	FEF + IRS 2009	5.474.757,00 €	Mapa XIX anexo OE/2009
9	Total de receitas a considerar para efeito de cálculo dos limites de endividamento	<b>9.289.498,61 €</b>	Somatório de 1 a 8
10	Limite ao endividamento curto prazo	928.949,86 €	10% de 9
11	Limite ao endividamento de médio e longo prazos	9.289.498,61 €	100% de 9
12	Limite ao endividamento líquido	11.611.873,26 €	125% de 9

**Quadro 2 - Situação face aos Limites ao endividamento municipal para 2010.**

	Designação	Montante (€)	OBS
1	Capital em dívida de médio e longo prazos	7.461.165,92 €	Saldo credor da conta 2312
2	Endividamento líquido	4.975.148,55 €	Diferença entre Passivos e Activos Fin. Excepto contas 2745, 2749 e 414,
3	Contribuição AM, SM e SEL p/Endividamento Líquido	0,00 €	Total das contribuições AM, SM e SEL para endividamento líquido
4	Capital em dívida excepcionado dos limites endividamento	4.006.343,24 €	Alíneas a) e b) do nº 2 do artº 61º LFL e do artº 27º do OE/2008
5	Dívidas à EDP 1988	0,00 €	Alínea c) do nº 2 do artº 61º LFL
6	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	3.454.822,68 €	6 = 1 - 4
7	Endividamento líquido a considerar	968.805,31 €	7 = 2 + 3 - 4 - 5

**Verificação do cumprimento dos limites de endividamento**

(A)	Endividamento médio e longo prazos utilizados	37,19%	(A) = (6) quadro 2 / (11) quadro 1
(B)	Endividamento líquido utilizado	8,34%	(B) = (7) quadro 2 / (12) quadro 1

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "O MICA vota favoravelmente esta proposta, porque foi presente a Capacidade de Endividamento do Município. Faço votos para que se torne prática habitual. Noto, no entanto que esta não reflecte o empréstimo das Águas do Ribatejo, mas isso será assunto que me esclarecerei superiormente."-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos subsequentes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que o assunto é para o Senhor Luís Leitão.-----

-----PROPOSTA PARA INTRODUÇÃO DE UM NOVO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS- O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Na sequência da deliberação de Câmara de 15/02/2010, que autorizou a aquisição da parcela "E" do terreno para continuação da Circular Urbana de Almeirim com recurso a leasing, e cumprindo o estipulado no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de

Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que seja introduzido um novo ponto na ordem de trabalhos desta reunião de 15/03/2010, que será o seguinte: - Apreciação e aprovação de autorização de despesa, bem como aprovar o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, e ainda a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público de LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE LEASING PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DA PARCELA "E" DA E.M. 578 ATÉ À ESTRADA VELHA DOS PAÇOS A QUE CORRESPONDE O PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO DE LUDOVICE."-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade, aprovar a proposta acima transcrita.-----

-----AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS E LANÇAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE LEASING PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DE PARCELA "E" DA E.N. 578 ATÉ À ESTRADA VELHA DOS PAÇOS A QUE CORRESPONDE DO PRÉDIO DENOMINADO POR LUDOVICE - O Senhor Presidente apresentou a proposta como segue: "Conjugando o disposto nos artigos 431º e seguintes o nº 1 do artº 36º, o artº 38º, o nº 2 do artº 40º todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artº 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

----- Que seja autorizada a despesa, bem como aprovados o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, e ainda a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público de LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE LEASING PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DA PARCELA "E" DA E.M. 578 ATÉ À ESTRADA VELHA DOS PAÇOS A QUE CORRESPONDE O PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO DE LUDOVICE."-----

-----Acompanha a proposta, o Caderno de Encargos que a seguir se transcreve:-----

-----CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PUBLICO -  
CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING) PARA  
FINANCIAR A AQUISIÇÃO DA PARCELA "E" DA E.M. 578 ATÉ  
À ESTRADA VELHA DOS PAÇOS A QUE CORRESPONDE O PRÉDIO  
RÚSTICO DENOMINADO DE LUDOVICE:-----

-----Cláusula 1.<sup>a</sup>-----

-----**Objecto**-----

-----O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento que tem por objecto principal a locação financeira (leasing) para financiamento da aquisição da parcela "E", da E.M. 578 até à Estrada Velha dos Paços.-----

-----Cláusula 2.<sup>a</sup>-----

-----**Contrato**-----

-----1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.-----

-----2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:-----

-----a) O presente Caderno de Encargos;-----

-----b) O Programa de Concurso-----

-----Cláusula 3.<sup>a</sup>-----

-----**Prazo**-----

-----O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **5 anos** em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.-----

-----Cláusula 4.<sup>a</sup>-----

-----**Obrigações principais do locador**-----

-----1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de



Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o locador a obrigação principal de garantia do serviço identificado na sua proposta.-----

-----2. A título acessório, o locador fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.-----

-----Cláusula 5.<sup>a</sup>-----

-----**Objecto do dever de sigilo**-----

-----1. O locador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Almeirim, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.-----

-----2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.-----

-----3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo locador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.-----

-----Cláusula 6.<sup>a</sup>-----

-----**Prazo do dever de sigilo**-----

-----O locador deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do

presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.-----

-----Cláusula 7.ª-----

-----**Preço contratual**-----

-----1. Pela locação financeira objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Almeirim deve pagar ao locador o preço constante da proposta adjudicada em prestações mensais a estipular no contrato, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a € 322.625,00.

3. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Almeirim.---

-----Cláusula 8.ª-----

-----**Condições de pagamento**-----

-----1. As quantias (rendas) devidas pelo Município de Almeirim, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a recepção pelo Município de Almeirim das respectivas facturas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.-----

-----2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo locador ao abrigo do contrato.-----

-----3. Em caso de discordância por parte do Município de Almeirim, quanto aos valores indicados nas facturas deve este comunicar ao locador, por

escrito, os respectivos fundamentos, ficando o locador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.-----

-----4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de transferência Bancária.-----

-----Cláusula 9.ª-----

-----**Penalidades contratuais**-----

-----1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Almeirim pode exigir do locador o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

----- **$P = V * / 500$** -----

-----Em que (P) corresponde ao montante da penalidade, (V) é igual ao valor do contrato e (A) é número de dias em atraso.-----

-----2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do locador, o Município de Almeirim pode exigir-lhe uma pena pecuniária de **até 10% do preço contratual**.-----

-----3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo locador ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente ao serviço cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

**4.** Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Almeirim tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locador e as consequências do incumprimento.-----

-----5. O Município de Almeirim pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente

cláusula.-----  
-----6. As penas pecuniárias previstas na presente  
cláusula não obstam a que o Município de Almeirim  
exija uma indemnização pelo dano excedente.-----  
-----Cláusula 10.<sup>a</sup>-----  
-----**Força maior**-----  
-----1. Não podem ser impostas penalidades ao  
locador, nem é havida como incumprimento, a não  
realização pontual das prestações contratuais a  
cargo de qualquer das partes que resulte de caso de  
força maior, entendendo-se como tal as  
circunstâncias que impossibilitem a respectiva  
realização, alheias à vontade da parte afectada, que  
ela não pudesse conhecer ou prever à data da  
celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse  
razoavelmente exigível contornar ou evitar.-----  
-----2. Podem constituir força maior, se se  
verificarem os requisitos do número anterior,  
designadamente, tremores de terra, inundações,  
incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos  
ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou  
terrorismo, motins e determinações governamentais ou  
administrativas injuntivas.-----  
-----3. Não constituem força maior, designadamente:  
**a)** Circunstâncias que não constituam força maior  
para os subcontratados do locador, na parte em que  
intervenham;-----  
-----**b)** Greves ou conflitos laborais limitados às  
sociedades do locador ou a grupos de sociedades em  
que este se integre, bem como a sociedades ou grupos  
de sociedades dos seus subcontratados;-----  
-----**c)** Determinações governamentais,  
administrativas, ou judiciais de natureza  
sancionatória ou de outra forma resultantes do  
incumprimento pelo locador de deveres ou ónus que

sobre ele recaíam;-----

-----d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo locador de normas legais;-----

-----e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do locador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;-----

-----f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do locador não devidas a sabotagem;-----

-----g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.-----

-----4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-----

-----5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

-----Cláusula 11.<sup>a</sup>-----

----**Resolução por parte do Município de Almeirim**----

----1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Almeirim pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o locador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.-----

----2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao locador.-----

-----Cláusula 12.<sup>a</sup>-----

-----**Resolução por parte do locador**-----

----1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o locador pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja

devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

-----2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Almeirim, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.-----

-----3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo locador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.-----

-----Cláusula 13.ª-----

-----**Caução**-----

----Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 156.º do CCP.-----

-----Cláusula 14.ª-----

-----**Seguros**-----

-----1. É da responsabilidade do locador a cobertura, através de contratos de seguro dos riscos inerentes aos serviços objecto do contrato.-----

-----2. O Município de Almeirim pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o locador fornecê-la no prazo 5 dias.-----

-----Cláusula 15.ª-----

-----**Foro competente**-----

-----Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

-----Cláusula 16.<sup>a</sup>-----  
----**Subcontratação e cessão da posição contratual**---  
-----A subcontratação pelo locador e a cessão da  
posição contratual por qualquer das partes depende  
da autorização da outra, nos termos do Código dos  
Contratos Públicos.-----  
-----Cláusula 17.<sup>a</sup>-----  
-----**Comunicações e notificações**-----  
-----1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras  
regras quanto às notificações e comunicações entre  
as partes do contrato, estas devem ser dirigidas,  
nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o  
domicílio ou sede contratual de cada uma,  
identificados no contrato.-----  
-----2. Qualquer alteração das informações de  
contacto constantes do contrato deve ser comunicada  
à outra parte.-----  
-----Cláusula 18.<sup>a</sup>-----  
-----**Legislação aplicável**-----  
-----O contrato é regulado pela legislação  
portuguesa. Em tudo quanto for omissa no presente  
caderno de encargos, observar-se-á o disposto no CCP  
(aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), e  
 restante legislação aplicável.-----  
-----  
-----Acompanha também cópia do Programa de Concurso  
que se transcreve: "**PROGRAMA DE CONCURSO - CONCURSO  
PUBLICO**-----  
-----**CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING) PARA  
FINANCIAR A AQUISIÇÃO DA PARCELA "E" DA E.M. 578 ATÉ  
À ESTRADA VELHA DOS PAÇOS A QUE CORRESPONDE O PRÉDIO  
RÚSTICO DENOMINADO DE LUDOVICE**-----  
-----  
-----**Artigo 1.º**-----  
-----**Identificação do Concurso**-----  
-----Contrato de locação financeira (leasing) para

financiar a aquisição da parcela "E" da E.M. 578 até à Estrada Velha dos Paços a que corresponde o prédio rústico denominado de Ludovice.-----

-----Artigo 2.º-----

-----**Entidade Adjudicante**-----

Município de Almeirim-----

Rua 5 de Outubro-----

2080-052 Almeirim-----

Telefone: 243 594 100-----

Fax: 243 594 138-----

email: [concursosm-almeirim.pt](mailto:concursosm-almeirim.pt)-----

-----Artigo 3.º-----

-----**Órgão que tomou a decisão de contratar**-----

-----A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Município de Almeirim em sua reunião de ----- de ----- de 2010.-----

-----Artigo 4.º-----

-----**Tramitação**-----

-----Ao procedimento de Concurso Público é aplicável, o regime previsto no Código dos Contratos públicos (CCP), aprovado pelo DL n.º18/2008, de 29 de Janeiro.

-----Artigo 5.º-----

-----**Preço base**-----

-----O valor para efeito de concurso é de **322.625,00€ (trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e vinte e cinco euros)**, que limita o preço contratual.-----

-----Artigo 6.º-----

-----**Documentos que constituem a proposta**-----

-----A proposta será instruída com os seguintes documentos:-----

-----**a)** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP, do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;-----



-----b) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço seja igual ou inferior a 50%, do preço base referido no artigo 5.º.-----

-----c) Documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na alínea a) do presente artigo;-----

-----d) Além dos documentos referidos a proposta deve ainda indicar os seguintes elementos:-----

-----i) O valor total e o valor de cada renda, excluído o IVA, devendo estas serem trimestrais e iguais, sem prejuízo de eventuais actualizações ditadas por alterações verificadas nas indexantes utilizadas na formação da taxa de juro;-----

-----ii) A indexante utilizada;-----

-----iii) Valor residual, considerando que este não deverá ser superior a 2% do valor do bem.-----

-----iv) Que o pagamento das rendas seja antecipado;-----

-----v) Que a duração desta operação será de 60 meses;-----

-----vi) Existência ou não de despesas administrativas ou outras e respectivos montantes.--

-----vii) O valor do spread utilizado.-----

-----Artigo 7.º-----

-----**Propostas variantes**-----

-----Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.-----

-----Artigo 8.º-----

-----**Prazo para apresentação das propostas**-----

-----1.º prazo para apresentação das propostas é de 48 dias a contar da data da publicação do presente Concurso Público no Jornal Oficial da União Europeia.-----

-----2.As propostas serão apresentadas em plataforma electrónica, no seguinte endereço: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com).-----

-----Artigo 9.º-----

---**Prazo da obrigação de manutenção das propostas**---

-----É de 66 dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.-----

-----Artigo 10.º-----

---**Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta**-----

-----1 - Os documentos que instruem a proposta serão apresentadas em plataforma electrónica, no seguinte endereço: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com).-----

-----2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.----

-----Artigo 11.º-----

-----**Critério de adjudicação**-----

-----A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa com base nos seguintes critérios:-----

-----a) Spread 70%-----

-----b) Indexante 30%-----

-----c) A formula a aplicar será  $P = 0,7 \times \text{Spread} + 0,3 \times \text{Indexante}$ , sendo a proposta mais vantajosa a que tiver menor valor.-----

-----Artigo 12.º-----

---**Modalidade jurídica de associação de empresas**---

-----Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.-----

-----Artigo 13.º-----

-----**Caução**-----

-----Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 156.º do CCP.-----

-----Artigo 14.º-----

**-----Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário-----**

-----O adjudicatário deve entregar a contar da notificação da decisão de adjudicação:-----

-----a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II do CCP, do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;-----

-----b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do CCP.-----

-----Artigo 15.º-----

**-----Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário-----**

-----Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 10 dias após a notificação da adjudicação.-----

-----Artigo 16.º-----

**-----Despesas e encargos do concorrente-----**

-----As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.-----

-----Artigo 17.º-----

**-----Legislação aplicável-----**

-----Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), e restante legislação aplicável.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada, o Caderno de Encargos e o Programa de concurso. Esta deliberação foi aprovada por minuta.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos subsequentes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que o assunto é para o Senhor Luís Leitão.-----

-----HORA DO PLANETA - O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta que se reproduz: "Tendo em conta que as alterações climáticas são uma realidade indesmentível.-----

-----Tendo em conta que todas as acções de sensibilização para a redução das emissões de CO2 são importantes.-----

-----Tendo em conta a adesão do Município de Almeirim, em dois mil e nove, à iniciativa da WWF "A Hora do Planeta".-----

-----Tendo em conta o exposto, proponho que a Câmara Municipal de Almeirim adira a esta iniciativa nas condições em anexo."-----

-----o documento que é anexo é o que a seguir se transcreve: "Declaração sobre o envolvimento do Município de Almeirim na Hora do Planeta (WWF)-----

-----O Município de Almeirim, declara que se associa à iniciativa da organização de conservação de natureza WWF - Hora do Planeta e que se compromete a:-----

-----1. desligar as luzes do edifício dos Paços do Concelho durante a Hora do Planeta, entre as vinte e trinta e as vinte e uma e trinta, do dia vinte sete de Março de dois mil e dez;-----

-----2. a) Divulgar o seu apoio à Hora do Planeta através do Website do Município [www.cm-almeirim.pt](http://www.cm-almeirim.pt) encorajando todos os colaboradores, munícipes e redes de fornecedores e outros a aderirem a esta iniciativa;-----

-----b) Incluir no website do Município o hyperlink para o site da WWF. [www.wwf.pt](http://www.wwf.pt)-e um resumo da Hora do Planeta (conceito) que enviamos em anexo;-----

-----3. Desligar por sessenta minutos, durante a Hora do Planeta, os seguintes monumentos:-----

-----Edifício dos Paços do Concelho; Edifício da Biblioteca Municipal; Edifício do Mercado Municipal; Edifício do IVV.-----

-----Compromete-se ainda a sensibilizar as instituições privadas

do concelho, que tenham iluminação nas suas fachadas, a aderirem à iniciativa."-----

-----De referir que é mencionado no número dois da alínea b) da declaração acima transcrita "que enviamos em anexo", contudo não acompanhava nenhum anexo.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes, ao que o Senhor Presidente respondeu que o assunto é para o Senhor Vice-Presidente.-----

-----PARCERIA ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA/MUNICÍPIO DE ALMEIRIM - O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta: "Atendendo aos resultados de anos anteriores, proponho que a Autarquia adira ao projecto Eco- Escolas."-----

-----Acompanha a proposta, carta da Associação Bandeira Azul da Europa, ABAE, que se transcreve: "No seguimento do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, vem a ABAE- FEE/ Portugal propor aos municípios onde se desenrola o Programa Eco-Escolas, a parceria dois mil e dez no âmbito do referido Programa.-----

-----Relativamente à parceria ABAE/Municípios anexamos a esta carta o referido documento de parceria onde constam as condições da colaboração ABAE/Municípios. Anexamos ainda a listagem das escolas inscritas no Programa Eco-Escolas no Município de V. Ex<sup>a</sup>, no ano lectivo dois mil e nove, dois mil e dez.-----

-----Para qualquer sugestão de alteração dos termos da parceria proposta, ou em caso de não aceitação da mesma, deverão remeter-nos a resposta até ao dia trinta de Março, data a partir da qual deveremos considerar aceite a parceria nos termos propostos.-----

-----Agradecemos ainda que logo que possível seja feita a devolução de cópia do documento "Termos de Parceria", devidamente assinado pelo representante do município.-----

-----Note-se que o contributo financeiro solicitado por escola, que é essencial para assegurar o desenvolvimento deste projecto,

se destina à comparticipação em parte das despesas inerentes à implementação do Programa em contínuo crescimento, que conta actualmente com cerca de mil e trezentas escolas envolvidas (despesas de gestão, mailings, produção de materiais, edição de bandeiras e certificados, pagamento à FEE internacional da quota/escola, etc.)-----

-----Certos de que contaremos com o precioso apoio desse Município para o desenvolvimento deste Programa, relembramos a nossa disponibilidade para colaborar com as iniciativas que os municípios nossos parceiros promovam no âmbito da Educação Ambiental."-----

-----Acompanha documento de parceria que se reproduz:"Parceria ABAE-Município de Almeirim dois mil e nove/dois mil e dez - Termos da Parceria ABAE/Municípios:-----

-----1- A Autarquia compromete-se a: Colaboração ABAE/Municípios nos termos acordados por ambas; Reconhecimento da importância do desenvolvimento do Programa ECO-ESCOLAS, nas escolas inscritas; Compromisso de apoio, dentro das possibilidades de cada Município às iniciativas que as escolas se propõem desenvolver; Contribuição simbólica de vinte euros por cada escola inscrita, destinada a comparticipar nalgumas das despesas inerentes à implementação do Programa (produção e distribuição e envio de materiais, formação, contribuição à FEE por escola inscrita, deslocações, mailings, despesas administrativas, etc.); Contribuição para atribuição do Galardão de cinquenta euros por cada escola galardoada com a Bandeira Verde destinada a comparticipar nalgumas das despesas inerentes à atribuição do Galardão (produção de bandeira, produção de certificados, organização do Dia bandeiras Verdes, etc.).-----

-----2- A ABAE compromete-se a: Colaboração ABAE/Municípios nos termos acordados por ambas; Privilegiar o desenvolvimento de acções com as autarquias parceiras; Colaboração ou participação com o Município Parceiro na realização de acções ou eventos de educação ambiental promovidos pelo Município, que envolvam as escolas; Acompanhamento em termos de formação e informação a

todas as escolas inscritas no programa ECO-ESCOLAS; Envio de cópia do Plano de Acção das Escolas do Município quando solicitado; Listagem no site da ABAE(www-abae.pt) de todas as autarquia parceiras com linking para a respectiva página municipal; Fazer constar nos certificados Eco-escolas entregues a cada escola Galardoadas, a declaração de apoio do respectivo Município. Todas as escolas dos concelhos com os quais se estabelece a parceria terão o seu Certificado Eco-Escola chancelado com o logotipo do Município; Emissão de um certificado para o Município mencionando o número e nome das Eco escolas galardoadas no concelho; Entrega de uma bandeira de secretária para o Município identificada com o ano da parceria; Disponibilização da Exposição de trabalhos Eco-Códigos de forma gratuita (desde que levantada e entregue nas nossas instalações) para os Municípios parceiros; Difusão e publicação nos órgãos de comunicação social e no Boletim da ABAE - terrAzul notícias do Mapa Bandeiras Verdes - Eco-escolas e respectivos municípios."--

-----Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. A funcionária perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes. O Senhor Presidente respondeu que o assunto era para o Vice Presidente.--

-----PROTOCOLO COM O BARCLAYS - O Senhor Vice Presidente apresentou a carta do Barclaks Bank PLC, que propõe a celebração de um protocolo de cooperação entre a Câmara de Almeirim e o Barclays PLC, prevendo atribuir a todos os colaboradores da Autarquia um conjunto de condições especiais nos vários serviços prestados pela entidade Bancária.-----

-----O Senhor Vice Presidente propõe que a Câmara celebre o protocolo com o Barclays.-----

-----Acompanha a proposta, o protocolo de cooperação, celebrado pela entidade Bancária que a seguir se copia: -----

-----PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM E BARCLAYS BANK, PLC-----

-----Entre:-----

-----Câmara Municipal de Almeirim, pessoa colectiva nº 501273433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080 - 052 Almeirim, representada no presente Protocolo por José Joaquim Gameiro Sousa Gomes, na qualidade de Presidente, com poderes para o acto adiante designada por Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----E-----  
-----Barclays Bank, PLC, sociedade anónima inglesa, com sede 1 Churchill Place, Canary Wharf, London E14 5HP e sucursal em Lisboa na Rua Duque de Palmela, n.º 37, Pessoa Colectiva nº 980000874, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número sessenta e um mil seiscentos e doze, neste acto representada por Alice Marques Rodrigues Nunes na qualidade de Procuradora, com poderes para o acto, adiante designada por "BANCO", é celebrado o presente Protocolo de disponibilização de produtos e serviços do Barclays Bank aos Colaboradores da Câmara Municipal de Almeirim, que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:-----

-----Cláusula 1ª-----

-----CONDIÇÕES DE ACESSO-----

-----Poderão beneficiar do estabelecido no Protocolo todos os Colaboradores da Câmara Municipal de Almeirim, com contrato de trabalho válido.-----

-----Cláusula 2ª-----

-----Condições de acesso: colaboradores com contrato de trabalho válido Janeiro / 2010-----

-----PRINCÍPIO GERAL-----

-----Pelo presente Protocolo e nos termos e condições dele constantes, o Banco compromete-se a disponibilizar os produtos referidos na cláusula 4ª, cuja descrição e condições preferenciais constam dos Anexos I, II, III, IV e V.-----

-----Cláusula 3ª-----

-----APOIO AOS COLABORADORES-----

-----Ao abrigo do presente protocolo, o Banco disponibiliza-se a colocar nas instalações da Câmara Municipal de Almeirim a pedido desta, um elemento do Banco durante o prazo considerado



necessário para prestar apoio ao universo de Colaboradores da Câmara Municipal de Almeirim. Após esse período um Comercial do Banco deslocar-se-á às instalações da Câmara Municipal de Almeirim, a pedido desta e sempre que se justifique, onde prestará apoio específico de consultoria e aconselhamento.-----

-----Cláusula 4ª-----

-----OFERTA EM CONDIÇÕES PREFERENCIAIS-----

-----Ao abrigo deste Protocolo o Banco criou várias ofertas preferenciais de produtos para os Colaboradores da Câmara Municipal de Almeirim-----

-----1) Anexo I - Conta de Depósitos à Ordem / Solução Integrada Barclays at Work-----

-----2) Anexo II - Conta B Dynamic + / Solução Integrada B Essencial-----

-----3) Anexo III - Crédito Habitação Barclays-----

-----4) Anexo IV - Crédito Pessoal-----

-----5) Anexo V - Seguros-----

-----Condições de acesso: colaboradores com contrato de trabalho válido Janeiro / 2010-----

-----Cláusula 5ª-----

-----DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E APOIO-----

-----Ao abrigo do presente protocolo, a Câmara Municipal de Almeirim divulgará a todos os Colaboradores, através de um mail, a sua celebração e os benefícios concedidos pelo presente instrumento.-----

-----A Câmara Municipal de Almeirim disponibilizará temporariamente ao Banco uma sala de reuniões, onde elementos comerciais do Banco receberão os Colaboradores da Câmara Municipal de Almeirim para apresentação do Protocolo.-----

-----No lançamento ou divulgação de produtos a Câmara Municipal de Almeirim autoriza o Banco a enviar mailings para o seu correspondente que será responsável por efectuar a divulgação junto dos Colaboradores da Câmara Municipal de Almeirim, sempre que as suas condições se reputeem vantajosas para os mesmos.-----

-----Cláusula 6ª-----

-----INFORMAÇÃO-----

-----As condições constantes dos anexos, nomeadamente taxas de juro e comissões, poderão ser revistas pelo Barclays, caso venham a ocorrer alterações de mercado ou na oferta do Barclays, dando o Barclays conhecimento do facto aos seus clientes.-----

-----Cláusula 7ª-----

-----RESPONSABILIDADE-----

-----As únicas obrigações derivadas do presente documento para a Câmara Municipal de Almeirim são as contidas na cláusula 5ª (divulgação, publicação e apoio), não existindo obrigações adicionais quer implícitas, quer explícitas, diferentes das aqui especificamente referidas.-----

-----Em caso algum a Câmara Municipal de Almeirim poderá ser responsabilizada pelas consequências das relações jurídicas que possam ser estabelecidas entre os seus Colaboradores e o Banco, como resultado da divulgação do presente Protocolo.-----

-----Condições de acesso: colaboradores com contrato de trabalho válido Janeiro / 2010-----

-----Cláusula 8ª-----

-----VALIDADE-----

-----O presente protocolo entra de imediato em vigor e é válido por um período de 12 meses considerando-se automaticamente renovado, excepto se denunciado por qualquer das partes com uma antecedência de 30 dias por carta registada.-----

----- O presente protocolo foi assinado aos \_\_\_\_\_ de Fevereiro do ano 2010, tendo sido dele feitos dois exemplares, um para a Câmara Municipal de Almeirim e outro para Banco.-----

-----CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM - BARCLAYS BANK, PLC."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que não está de acordo que a Câmara se envolva em parcerias deste caso.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício subscreve as palavras do Autarca orador.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada com cinco votos a favor da bancada do Partido Socialista e os votos contra dos Senhores Vereadores, Francisco

Maurício e Aranha Figueiredo.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra, porque entendo que não é papel da Autarquia, nem esta nem outras acções similares que, têm sido divulgadas em newsletters da autarquia."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo ditou a seguinte declaração de voto: "Votei contra esta proposta, porque não é uma função que cabe à Autarquia. Se estendermos este procedimento a todas as empresas do Concelho a Câmara não fazia outra coisa."-----

-----O Senhor Presidente declarou: "Voto a favor desde que as acções propostas não colidam com os serviços camarários."-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para os procedimentos seguintes. O Senhor Presidente respondeu que o assunto é para o Senhor Vice Presidente.-----

-----LUGAR DE ESTACIONAMENTO - O Senhor Vereador José Carlos Silva, apresentou a seguinte proposta: "Considerando o pedido que anexo e que considero pertinente;-----

-----Considerando a semelhança com outros casos já atendidos;---

-----Proponho que se atribua o lugar de estacionamento solicitado e justificado pelo requerente."-----

-----Acompanha a proposta, carta do requerente que refere a necessidade de um lugar de estacionamento em frente da Clínica Veterinária que vai abrir, na Rua Condessa da Junqueira, número cinco-A em Almeirim, para utilização dos utentes.-----

-----O Senhor Presidente manifestou algum receio de precedente em relação a outros estabelecimentos. Manifestou preocupação no sentido de que a deliberação possa vir a beneficiar de paragens próprias.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu: "É preciso ter muito cuidado com estas questões da privatização de espaços de estacionamento. Estamos a retirar este espaço ao público."-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma

aprovada por unanimidade.-----

-----O assunto foi remetido ao Senhor Vereador do Pelouro do Trânsito para os procedimentos seguintes.-----

-----TOPONÍMIA - O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta como segue: "Faleceu no passado dia quatro de Março, o Sr. Joaquim Mascaranhas Fiúza. Conhecido em Almeirim sobretudo pela sua vertente empresarial, o Sr. Fiúza era o responsável por uma das melhores marcas de vinho de Almeirim, com vários prémios a nível nacional e internacional. É no entanto, também uma referência do Desporto português, uma vez que por diversas vezes foi campeão nacional de Vela na classe STAR. Destaca-se no seu palmarés desportivo, três participações nos jogos Olímpicos, Berlim (1936), Londres (1948) e Helsínquia (1952), onde obteve o 3º lugar, conquistando assim uma das poucas medalhas que o país possui.-----

-----Com 102 anos o Sr. Joaquim Fiúza foi um exemplo que merece ser seguido e reconhecido, por isso proponho que a Rua G, sita na Urbanização Vila das Taipas II passe a designar-se "Rua Joaquim Fiúza - (Vitivinicultor e Velejador) 1908-2010".-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião comunicou para conhecimento à GNR de Almeirim, Correios de Almeirim, Juntas de Freguesia do Concelho, Bombeiros Voluntários de Almeirim, Repartição de Finanças de Almeirim e Conservatória do Registo Civil e Predial de Almeirim.-----

-----TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE VALÊNCIAS: LAR DE IDOSOS E INFÂNCIA, DO CENTRO PAROQUIAL DE BEM ESTAR SOCIAL DE ALMEIRIM -

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta que se transcreve: "Atendendo a que o Centro Paroquial de Bem-estar Social de Almeirim necessita de construir instalações para as suas valências de lar de idosos e infância.-----

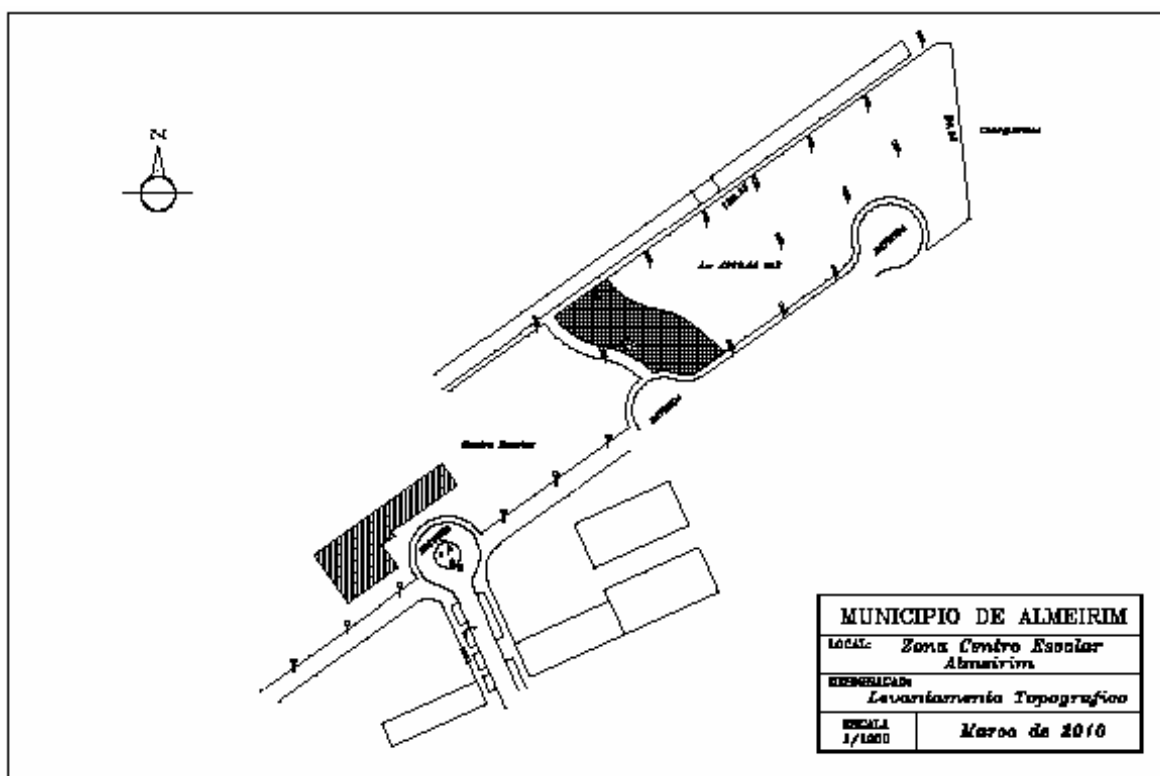
-----Atendendo a que essa é uma oferta essencial para o Concelho

de Almeirim.-----

-----Atendendo à importância destas instalações, proponho que a Autarquia atribua a parcela de terreno, em anexo, com a área de quatro mil trezentos e sessenta metros quadrados, junto ao jardim dos "Charquinhos".-----

-----Com esta deliberação, anula-se a anterior que atribuía o terreno dos Viveiros Municipais."-----

----De referir que acompanha a proposta levantamento topográfico, que a seguir se reproduz:-----



----Posta à votação a proposta acima indicada, foi deliberado por unanimidade conceder a cedência do terreno acima indicado em direito de superfície pelo prazo de cinquenta anos, renováveis se não for denunciado por nenhuma das partes, para a construção das instalações com as valências de lar de idosos e infância.---

-----A funcionária que secretariou a reunião, comunicou ao Centro Paroquial a deliberação da Autarquia.-----

-----FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE - o Senhor Vereador José Carlos da Silva apresentou oralmente a sua proposta para

atribuição de subsídio que apoie a realização do Festival Internacional de Folclore. Referiu que lhe foi apresentado inicialmente um orçamento de vinte mil euros, complementado por outro de seis mil euros. E referiu: "Depois da reunião com o Senhor Ricardo Casebre, responsável pelo secretariado para a organização do referido Festival, ficou combinado juntar os dois orçamentos e atribuir o subsídio com base no valor conjunto."---

-----A proposta do Senhor Vereador José Carlos foi de doze mil e seiscentos euros e todo o apoio logístico de que a Autarquia pudesse dispor desde que não aumentasse os custos directos.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou qual é o apoio logístico.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos referiu que passa pela cedência de palcos, aparelhagens de som, publicidades, etc.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou qual o apoio das Juntas de Freguesia para o evento.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos referiu que os Senhores Presidentes das Juntas, aos quais foi atribuído um subsídio para os festejos do 25 de Abril, são soberanos na sua gestão.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou se as verbas propostas garantem a realização do Festival e se os contributos que lhe são destinados são suficientes para a realização do espectáculo.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que tinha um mail da organização, mas ficou confuso. Era referido que já tinha havido uma série de contactos dos quais resultavam alguns apoios. Depois veio a saber, que só havia um apoio vindo de uma instituição bancária.-----

-----Posto o assunto a votação, a Câmara deliberou por unanimidade, conceder o valor de doze mil e oitocentos euros, para a realização do Festival.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar e assumir as despesas dos autocarros ao serviço das respectivas entidades: Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de

reclusos ao serviço do Município, três mil quatrocentos e nove euros e setenta cêntimos; Associação de Apoio às Famílias de Fazendas, setenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos; Escola de Cortiçóis, cinquenta e três euros e sete cêntimos; Escola Febo Moniz, trinta e sete euros e vinte e oito cêntimos; Escola de Benfica e Foros e P- Três, cento e vinte e cinco euros e trinta e três cêntimos; Jardins de Infância de Fazendas e Paço dos Negros, oitenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos; Centro Amador Desporto e Cultura de Almeirim, trinta e três euros e trinta cêntimos; Escola Secundária Marquesa de Alorna e Escola Moinho de Vento, cento e quarenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos; Escola de Benfica do Ribatejo e P - Três, cento e vinte e cinco euros e oito cêntimos; Lar de S. José, duzentos e quarenta e seis euros e nove cêntimos; Agrupamento de Escolas Fazendas de Almeirim, duzentos e oitenta e dois euros e vinte e oito cêntimos; Escola E,B, dois e três de Fazendas, oitenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos; Jardim de Infância de Foros de Benfica e Benfica do Ribatejo, setenta e seis euros e sete cêntimos; Universidade Sénior de Almeirim, cento e quarenta e um euros e vinte e oito cêntimos; União de Veteranos de Almeirim, oitocentos e vinte e um euros e vinte e nove cêntimos; Escolas de Tapada, Moinho de Vento e P - Três, noventa e sete euros e vinte cêntimos; Escola Moinho de Vento, setenta e um euros e dois cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol, trezentos e dez euros e quarenta e oito cêntimos; Casa de Repouso S. João Batista, seiscentos e dezassete euros e vinte e nove cêntimos.-----

-----AJUDA ALIMENTAR - A Senhora Vereadora Maria Emília Moreira, apresentou a seguinte proposta:" Face às grandes dificuldades económicas que muitas das famílias do nosso concelho estão a passar devido à falta de emprego e a outros problemas relacionados com a crise financeira e social que estamos a atravessar, proponho ao Executivo que se adquira um conjunto de alimentos de primeira necessidade para atribuir a cerca de

centena e meia de famílias carenciadas ou a atravessar graves dificuldades económicas que, em conjunto com outros alimentos que são fornecidos pela Ajuda Alimentar, lhes permita que passem melhor a quadra pascal".-----

-----Posta a proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade bem como dar competência à Senhora Vereadora Maria Emília para aquisição dos alimentos.-----

-----A proposta acima mencionada, foi devolvida à Senhora Vereadora Maria Emília Moreira.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou proceder às seguintes transferências:-----

-----Unicef, cento e onze euros, equivalente a um Kit de água para dez famílias, para ajuda às crianças no Haiti; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo - oitocentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos, para inscrição de atletas referente à época dois mil e oito, dois mil e nove e parte de dois mil e nove dois mil e dez; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Ciclismo - mil euros, para apoio à Primeira Prova de Três Horas de Resistência na "Rota Sopa da Pedra" a realizar dia vinte e oito de Março de dois mil e dez; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo - duzentos e dez euros para apoio à prova de atletismo de corta mato "Corta Mato de Abertura" realizada a seis de Dezembro de dois mil e nove; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol - dois mil euros mensais, a partir de Janeiro de dois mil e dez, para apoio à actividade; Associação Alzheimer Portugal - Núcleo do Ribatejo - seiscentos euros para apoio ao I Curso de Formação para Técnicos e Dirigentes do distrito de Santarém; Fábrica da Igreja Paroquial de Santo António de Raposa, dez mil quatrocentos e quarenta euros para apoio à realização das Festas de Santo António; Rancho Folclórico de Paço dos Negros, cinco mil cento e cinquenta euros, para apoio às festas a realizar nos dias, dois, três e quatro de Julho de dois mil e dez, no âmbito da



comemoração de mais um aniversário daquele rancho.-----

-----Foi presente a carta de Patrícia Isabel Simões da Silva, que efectuou estágio curricular nesta Autarquia, no período compreendido entre onze de Maio e dezanove de Julho de dois mil e nove, na Secção de Contabilidade, por intermédio da Escola Profissional de Salvaterra de Magos e solicita que lhe seja pago o montante equivalente ao subsídio de refeição, no período citado.-----

-----A Câmara deliberou pagar.-----

-----APAV - APOIO À VITIMA - A Câmara tomou conhecimento da carta enviada pelo Gabinete de Apoio à Vitima - APAV.-----

-----ISENÇÃO DE PAGAMENTOS - A Senhora Vereadora Maria Emília Moreira, apresentou a seguinte proposta: "A munícipe Teresa Margarida Patrício reside no lugar de Azeitada, freguesia de Benfica do Ribatejo, lugar esse que não usufrui da rede pública de esgotos e, num curto espaço de tempo, teve que recorrer duas vezes aos serviços da Autarquia para lhe fazerem a limpeza da sua fossa o que implica o pagamento de duas facturas, uma no valor de 17,05€ e outra no valor de 15,37€. A referida munícipe é casada e tem dois filhos pequenos. Vivem com dificuldades económicas agravadas pela falta de emprego estável. Proponho ao Executivo a anulação destas despesas".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade isentar dos pagamentos.-

-----A pedido da proponente, esta proposta foi-lhe reencaminhada.-----

-----VISITA DE ESTUDO A FRANÇA - A Senhora Vereadora Maria Emília Moreira, apresentou a proposta a seguir transcrita: "Visita de estudo a França para alunos do 8º e 9º ano, de 5 a 11 de Abril, EB 2,3 de Fazendas de Almeirim. - Na sequência de uma reunião com a Professora organizadora da viagem foi-me apresentado um conjunto de alunos subsidiados com escalão A e B que apesar de

inscritos ainda não fizeram o pagamento. Foi solicitado ao Gabinete de Acção Social que fizesse uma visita às famílias dos referidos alunos no sentido de obter dados que permitissem avaliar as carências/dificuldades dos seus agregados familiares. Perante o relatório que junto se anexa, proponho a análise de cada caso de modo a que se atribua a ajuda financeira correspondente aos respectivos escalões, aos alunos que se enquadrem num contexto claro de carência/necessidade."-----

-----O documento anexo que acima é referido, menciona a situação dos alunos inscritos para a referida viagem, pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia.-----

-----Depois de analisados os casos, e posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, sendo a sete alunos do escalão A atribuído o valor de quatrocentos e quarenta euros, e a dois alunos subsidiados pelo escalão B atribuído o valor de duzentos e vinte euros. Foi ainda deliberado proceder ao pagamento do valor à senhora Professora Fátima Santos, organizadora da viagem.-----

-----Os alunos beneficiários são os a seguir indicados:-----

-----Maria Madalena Matias Bastos, 8º ano, turma B, escalão A;--

-----Catarina Isabel Matias Lino, 9º ano, turma B, escalão A;---

-----Neuza Isabel Florêncio Mendes, 9º ano, turma A, escalão A;--

-----Carolina Isabel Braz Jerónimo, 8º ano, turma B, escalão B;--

-----Nuno Miguel dos Santos Oliveira Marques, 9º ano, turma B, escalão A;-----

-----Carlos Manuel Nogueira Nunes, 8º ano, turma C, escalão A;--

-----Miguel Pereira Guia, 9º ano, turma A, escalão B;-----

-----Daniel Alexandre Bento Cardoso, 8º ano, turma B, escalão A;--

-----Karisa da Silva Pereira, 9º ano, turma B, escalão A;-----

-----Esta proposta foi devolvida à Senhora Vereadora Maria Emília Moreira.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foram apresentadas várias informações do Gabinete de Acção Social devidamente contextualizadas, que mereceram as seguintes deliberações:-----

-----Pedido de Maria da Luz Leitão Santos, residente no Bairro Amcofa, 19, em Fazendas de Almeirim, que solicita apoio para recuperação de habitação. Anexa ao pedido fotocópia de orçamento da firma Quitério & Quitério, Lda, no valor de mil cento e doze euros e setenta cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, apoiar o valor total presente.-----

-----Pedido de Marisa Silva, residente na Rua das Alices, nº 6 em Fazendas de Almeirim, que solicita apoio para recuperação de habitação. Anexa ao pedido, orçamento de Quitério & Quitério, Lda, no valor de mil oitocentos e sessenta euros e dezanove cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar no valor total da factura.-----

-----Presente ainda o pedido de Maria Vieira Belião Alberto, residente na Rua Bernardo Gonçalves, nº 114-2º Dto, em Almeirim, a solicitar reembolso de despesas médicas, referentes ao acidente ocorrido no circuito de manutenção em Agosto de dois mil e nove, e do qual acha que a Autarquia é responsável por não haver manutenção do referido espaço.-----

-----Depois de analisado o assunto pelo Executivo, e posta a proposta a votação, foi deliberado por unanimidade pagar o valor de quarenta e três euros e noventa cêntimos.-----

-----José Manuel Soares de Almeida, residente em Almeirim, setenta e cinco euros para pagamento de uma ortótese (tala);----

-----A Câmara deliberou por unanimidade pagar a totalidade do aparelho.-----

-----Adosinda Conceição Ribeiro Pinto, residente em Almeirim, solicita apoio para pagamento de facturação de electricidade e água, no valor respectivo de cento e setenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos e noventa e um euros e vinte e um cêntimos. A factura de água é do mês de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de dois mil e nove e Janeiro de dois mil e dez. Relativamente à factura da luz a mesma corresponde ao período de facturação compreendido entre doze de Janeiro de dois

mil e dez e cinco de Fevereiro de dois mil e dez. A Câmara deliberou pagar as importâncias referidas.-----

-----Todas as informações levadas a reunião do Executivo, pelo Gabinete de Acção Social, foram reencaminhadas ao mesmo serviço.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída por todos os Autarcas, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta de quinze de Fevereiro de dois mil e dez.-----

-----Foi distribuída por todos os Autarcas a acta de um de Março para posterior consideração.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente à acta aprovada, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezoito horas e dez e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

---E eu, \_\_\_\_\_,  
Assistente Administrativa desta Autarquia, elaborei a presente

acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor  
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_